

## Cristovam e Simon defendem visão de futuro para o país

Senador pelo Distrito Federal defende debates sobre inserção do Brasil no mundo globalizado. Parlamentar gaúcho diz que validação da Ficha Limpa é passo inicial para a moralização da política

**E**m discursos no Plenário, os senadores Cristovam Buarque e Pedro Simon abordaram ontem temas diferentes, que tinham em comum a preocupação com uma visão de futuro para o Brasil. O senador pelo Distrito Federal lamentou que os debates da campanha presidencial não tenham enfrentado a crucial questão da inserção

do papel do Brasil na globalização. Para Cristovam, o mundo está “em chamas” e deve repensar modelos. Já o senador gaúcho Pedro Simon apontou o julgamento da Lei da Ficha Limpa, amanhã, pelo Supremo Tribunal Federal, como o primeiro passo para a adoção de outras medidas que moralizem a vida política do país. **3**



Cristovam Buarque quer debates profundos. Simon, moralizar regras eleitorais



Bianor da Silva Rosa

### Audiência sobre Código Eleitoral discute pesquisas

Além de debaterem as composições dos tribunais regionais eleitorais e os mandatos dos juizes, especialistas discutiram ontem, na sede do Ministério Público em Florianópolis, novas

regras para a divulgação de pesquisas de opinião pública com os membros da comissão de juristas criada pelo Senado para propor mudanças na legislação eleitoral. **3**

Juristas, advogados e outros especialistas participaram de audiência pública na sede do Ministério Público de Santa Catarina



Gurgacz lembra que consumidor paga conta dos impostos em excesso

### Acir Gurgacz prega reforma tributária inteligente

Senador Acir Gurgacz diz que mudanças são essenciais para desonerar produção e reduzir o custo Brasil. **2**



José Luiz/Senado Federal

Cadastramento de digitais começou ontem e ponto biométrico entra em vigor em 1º de dezembro

### Senado começa a implantar ponto biométrico

Servidores do Senado começaram ontem a fornecer a impressão digital e dados biométricos

para cadastramento e inclusão no crachá que será usado na implantação do novo sistema. **2**

### especial Cidadania

### Como funciona a votação proporcional

Entenda nesta edição qual a fórmula adotada no Brasil para a eleição de vereadores e deputados. O método proporcional se baseia no chamado quociente eleitoral e distribui as vagas existentes aos partidos e coligações que atingirem um mínimo de votos. **4**

É preciso estimular a redução de impostos e de custos, valorizar a produção de bens manufaturados e incentivar a iniciativa, diz senador

## Acir Gurgacz defende discussão de "reforma tributária inteligente"

O SENADOR ACIR Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que é preciso começar a construir imediatamente uma "reforma tributária inteligente", que estimule, com a redução de impostos, a produção de bens manufaturados, privilegie a iniciativa e diminua custos. Ele citou pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), segundo a qual o chamado custo Brasil encarece em 36% os produtos brasileiros, quando comparados a concorrentes internacionais.

– Mas a própria Abimaq julga que esse custo seja ainda maior, porque há variáveis para chegar a essa porcentagem que sequer puderam ser transformadas em números. E esse índice de 36% é relativo a comparação com a Alemanha e os Estados Unidos. Se for levada em conta uma comparação com a China, esse índice é ainda maior – disse, referindo-se à diferença entre os preços de produtos brasileiros com seus concorrentes diretos.

Gurgacz observou que, entre os componentes do custo Brasil medidos pela Abimaq, estão o impacto dos juros sobre o capital de giro, em média 7,95% superior aos dos concorrentes internacionais. Também foi aferido o preço dos insumos básicos (18,75%) e outros fatores como impostos não recuperáveis na cadeia produtiva, encargos sociais e trabalhistas, logística,



Para Gurgacz, Brasil insiste em criar impostos que sufocam produção e penalizam consumidor burocracia e custos de regulamentação, de investimento e de energia.

– Isso nos leva a crer que precisamos, com grande urgência, rever a nossa capacidade e necessidade de realizar uma reforma tributária. Mas uma reforma que possa reduzir impostos e não aumentar. Falamos muito no Brasil em criar impostos para financiar isso ou aquilo, fingindo que não sabemos que esses impostos, por melhores que sejam as intenções para criá-los, acabam sufocando o empresário, a produção e toda a população. Pois quem paga a conta é o consumidor final.

## Congresso retoma discussão sobre novo salário mínimo

O fim do segundo turno das eleições recolocará na pauta do Congresso o valor do salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada no primeiro semestre prevê que sejam assegurados recursos para um aumento real do salário mínimo, a partir de índice a ser negociado com as centrais sindicais.

O projeto de Orçamento para 2011, enviado pelo Executivo, estabelece a correção apenas pela inflação: o valor do salário mínimo passaria dos atuais R\$ 510 para R\$ 538,15. No caso, o governo se limitou a aplicar a regra que vinha sendo usada nos últimos anos – correção pela inflação do ano anterior àquele em que é dado o reajuste, somada ao crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes. Como o PIB de 2009 foi negativo, o reajuste do mínimo previsto para 2011 apenas reflete a variação da inflação.



Gim Argello, relator do Orçamento de 2011, admite reajuste maior que o proposto

Em tese, portanto, o novo valor do piso ainda deve ser definido e incorporado ao projeto pelo relator do Orçamento, senador Gim Argello (PTB-DF). Em entrevista à Rádio Senado, Gim Argello admitiu a possibilidade de chegar a um valor superior aos R\$ 538,15, como resultado da negociação que deverá incluir o presidente a ser eleito no próximo domingo.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que pretende incluir no critério de correção do mínimo a variação do PIB em 2010, além da inflação.



Servidora do Senado cadastra impressão digital para implantação do novo sistema de ponto

## Senado inicia adoção de ponto biométrico

O Senado iniciou ontem a coleta das impressões digitais de 5.031 funcionários efetivos e comissionados para implantar, em 1º de dezembro, o novo sistema eletrônico de ponto. O novo modelo, que exigirá o crachá e a digital do funcionário para o registro de ponto, complementa a decisão tomada pelo 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), no início do ano.

A aquisição de equipamentos, serviços e crachás foi feita por um termo de adesão a duas atas de registro de preços efetuadas pela Câmara dos Deputados

para a mesma finalidade, o que permitiu ao Senado, além da redução de gastos (ao evitar o pagamento de publicações em veículos de grande circulação, por exemplo), uma grande economia processual e de tempo, já que recursos judiciais poderiam atrasar indefinidamente a compra dos equipamentos.

O Senado solicitou 8 mil cartões, que atenderão ao fluxo de servidores nos próximos quatro anos. Por economia, não serão confeccionados cartões para 581 funcionários comissionados dos gabinetes de senadores em fim de mandato.

## Servidor opina sobre código de conduta

A comissão encarregada de propor ao Senado uma minuta de código de conduta para todos os servidores começou ontem a realizar uma pesquisa de opinião sobre o assunto junto aos servidores efetivos, comissionados, terceirizados, estagiários e colaboradores.

As pessoas poderão responder à pesquisa pelo computador utilizado no seu serviço, ou usar um dos cinco postos de coleta espalhados pela Casa. As informações fornecidas pelos pesquisados serão mantidas rigorosamente sob sigilo,

segundo afirma Maria Terezinha Nunes, presidente em exercício da comissão. No primeiro dia, segundo a diretora da Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop), Ana Lucia Novelli, foram respondidos quase 600 formulários, o que ela considerou "uma boa marca".

Responsável pela elaboração das questões e condução metodológica do trabalho, a Sepop, ao final do prazo de aplicação, deverá tabular e analisar os dados colhidos. O prazo final para participar é sexta-feira.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.asp)

### Plenário Sessão para debates

14h O Plenário se reúne para sessão não deliberativa. Sem votações, ela se destina a pronunciamentos de senadores e comunicados das lideranças.

### Exposição Mês do servidor

15h Abertura da exposição *Serh Servidor: você é a cara do Senado*. O evento faz parte das homenagens ao mês do servidor. O público pode visitar a mostra até dia 5 de novembro, no espaço Senado Galeria.

### Mesa-redonda Planejamento estratégico no Legislativo

10h Em comemoração ao mês do servidor, o Senado realiza, em parceria com a Câmara, mesa-redonda sobre "Planejamento estratégico no Legislativo". A palestra, no Auditório Antonio Carlos Magalhães, terá como representantes do Senado Ana Lucia Novelli e Luiz Eduardo da Silva Tostes.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Cristovam Buarque

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria  
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333  
Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Valter Pereira vai mudar artigo alvo de críticas no CPC

Alvo do maior número de comentários feitos pelos representantes da sociedade, em audiências públicas ou por meio da internet, o artigo 314 do projeto de novo Código de Processo Civil (CPC) dificilmente ficará intacto. O senador Valter Pereira (PMDB-MS), relator-geral do PLS 166/10, está convencido da necessidade de rever o conteúdo do dispositivo, que permite ao autor de uma ação complementar alterar o pedido feito no processo, assim como a sua fundamentação, enquanto a sentença não tiver sido dada pelo juiz.

No atual formato do artigo 314, as oportunidades para alterações se multiplicariam de forma excessiva, segundo o relator. A cada alteração, seria aberto prazo de 15 dias, no mínimo, para novo direito de defesa. Em consequência, a questão poderia ir se arrastando, sem decisão.

Para Valter Pereira, o artigo está mesmo na contramão dos objetivos da elaboração do novo código – entre outros, a simplificação dos procedimentos processuais, requisito para maior celeridade das decisões.

– Apelos para mudanças nesse artigo aconteceram em todos os lugares por onde passamos para debater o projeto e nos outros canais de diálogo. Portanto, é um ponto que pinçamos para um exame mais cuidadoso – comentou o relator.



Apelos para mudança vieram de todas as partes, afirma Valter Pereira

Senador afirma que candidatos à Presidência da República deveriam discutir com maior profundidade qual será o papel e a posição do Brasil no mundo globalizado do futuro

## Cristovam diz que debates fogem ao tema fundamental

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) disse ontem que os debates presidenciais têm sido incapazes de abordar questões fundamentais para o futuro do país, embora tanto a candidata do PT, Dilma Rousseff, como o do PSDB, José Serra, sejam “personalidades marcantes”, oriundas das forças progressivas do espectro político, tendo lutado contra o regime militar (1964-1985) e tido participação ativa em governos democráticos.

– A gente não está vendo o debate que deveria provocar o povo a pensar o seu futuro. Para onde vamos? No máximo, discute-se como avançamos mais rápido, mas não para onde avançamos – afirmou.

Cristovam disse que os debates não fizeram menção ao Brasil no mundo global, “que é onde vamos estar nos próximos anos e décadas”. Segundo ele, “não houve debate sobre qual é o tipo de crescimento que vamos ter e nem sobre a crise no mundo de hoje, que está em chamas”.



Para o senador Cristovam Buarque, “mundo de hoje está em chamas”

– Portugal, Espanha, a França cheia de greves. A Grécia com manifestações quase que diárias. A Alemanha em crise. A Inglaterra com o maior corte de gastos que já se viu na história. A Europa inteira está em crise. Os EUA já vêm nessa crise desde 2008. A China ocupando um espaço que ninguém imaginava

há 20 anos ou mesmo há dez anos – ressaltou.

Cristovam disse ainda que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi muito feliz ao cunhar a expressão “nós vivemos uma guerra cambial”, tendo em vista que, “dependendo do que cada país faz com sua moeda em relação às outras, o Brasil sofre ou não sofre”.

– Isso não entrou no debate, com a profundidade que deveria. Hoje esses países estão em crise de um modelo, não é a crise no modelo. Não é da taxa de câmbio, apenas, ou de juros, ou do desemprego. Não é uma crise de taxas, é uma crise de concepção do modelo socioeconômico – afirmou.

Embora o Brasil tenha “uma imensa dívida interna”, Cristovam frisou que o que mais o preocupa é a dívida das famílias para manter o padrão de consumo necessário para dinamizar a produção econômica e gerar emprego, realimentando o ciclo do consumo.

## Simon elogia STF pela coragem de julgar a Lei da Ficha Limpa

Após discursar por toda a semana passada pedindo que o Supremo Tribunal Federal (STF) colocasse em julgamento a Lei da Ficha Limpa, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) cumprimentou a Corte pela “coragem e pelo gesto” de decidir julgar amanhã o recurso impetrado pelo deputado Jader Barbalho (PMDB), que se candidatou novamente a senador pelo Pará, após renunciar ao cargo em 2001 para não ser cassado por falta de decoro parlamentar.

Para Simon, o projeto que resultou na Lei da Ficha Limpa deu início ao processo de mudança que vai levar ao fim da impunidade, acrescentando que “o último capítulo vai ser dedicado ao Supremo Tribunal Federal”.

– Daqui a duas eleições, quando tivermos o voto distrital, a reforma partidária, eleições absolutamente limpas, verbas apenas públicas para campanha, diremos: tudo começou com um projeto de iniciativa popular e o Supremo tomou uma decisão – disse o senador.

Simon afirmou que a validação da lei será um divisor de águas para que medidas como a reforma política e eleitoral – com o financiamento público de campanha – entrem em vigor nas próximas eleições.

O senador insistiu em seu argumento de que a Lei da Ficha Limpa foi um projeto de iniciativa popular, que obteve amplo respaldo da sociedade, tanto que iniciou com 1,3 milhão de assi-



Simon diz que validação da lei será divisor de águas na vida brasileira

naturas e, por meio da internet, chegou a 3 milhões.

– Parecia que nunca aconteceria. Que [o projeto] seria levado às calendas gregas. De repente, aconteceu, e foi aprovado pela imensa maioria da sociedade brasileira – observou o parlamentar.

## Presos e menores internados vão votar domingo

Cerca de 20 mil presos em regime provisório e adolescentes internados que cumprem medidas socioeducativas poderão votar no próximo domingo. O direito foi confirmado em março pelo Tribunal Superior Eleitoral, que prevê a instalação de seções eleitorais especiais nesses locais.

Assim como no primeiro turno, 424 presídios e unidades de internação de 25 estados e do Distrito Federal se preparam para permitir que encarcerados provisórios (sem condenação definitiva) e menores internos escolham seus candidatos. Apenas em Goiás eles não poderão votar.

Além dos presos provisórios e menores internados, também poderão votar nesses locais os servidores do sistema penitenciário, advogados, promotores e defensores públicos e mesários.

## Supremo rejeita ação sobre direito de resposta

Foi arquivada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO 9) ajuizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em Radiodifusão e Televisão (Fitert) para questionar a ausência de regulamentação do direito de resposta.

Na semana passada, a relatora do processo, ministra Ellen Gracie, julgou que as duas federações seriam ilegítimas para propor esse tipo de ação. Elas não se enquadram no rol de autoridades e entidades que podem ajuizar ADOs.

Na ADO 9, a Fenaj e a Fitert afirmavam que, embora a Constituição preveja o direito de resposta proporcional ao agravo (artigo 5º, inciso V), a revogação da Lei de Imprensa pelo próprio Supremo prejudicou gravemente a sua regulação.

## Juristas discutem Código Eleitoral em Santa Catarina

A comissão de juristas responsável pela reforma do Código Eleitoral realizou ontem, em Florianópolis, sua terceira audiência pública. Como nos outros encontros, se discutiu a composição da Justiça Eleitoral e o tempo de mandato dos juizes, a uniformização de prazos e procedimentos judiciais e a regulamentação das pesquisas e debates eleitorais.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Walter de Almeida Guilherme, abriu o encontro apontando a necessidade de um procedimento eleitoral mais célere e efetivo, o que, segundo ele, trará mais segurança jurídica para o país. Ele criticou a demora na trami-

tação de ações, o que permite a políticos cumprir grande parte de seus mandatos respondendo a pendências judiciais ainda da época das eleições. Para Guilherme, o ideal seria resolver esses casos antes da diplomação.

### Pesquisas

Grande atenção foi dada às pesquisas eleitorais. O desembargador Sérgio Torres Paladino, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sugeriu penalização ao instituto de pesquisa que divulgar dados errados – mesmo de boa-fé – ou cometer fraudes ou irregularidades na realização das pesquisas eleitorais. Na opinião dele, essa punição poderia ser de ordem pecuniária combina-



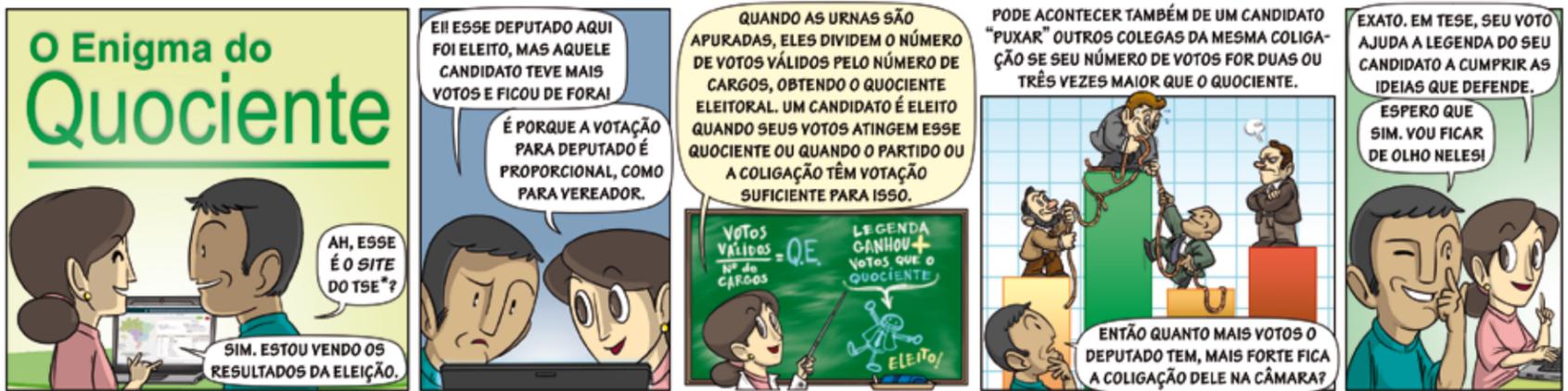
Participantes do debate sobre a reforma eleitoral, ontem, em Florianópolis, discutiram também as pesquisas de opinião

da com a proibição de realizar novos levantamentos por um determinado tempo.

O promotor de Justiça Pedro

Roberto Decomain propôs vedações na divulgação das pesquisas eleitorais quando elas forem originárias de encomendas dos

partidos políticos, coligações ou candidatos. Para ele, isso poderia ser caracterizado como propaganda eleitoral.



\*TSE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

## Projetos extinguem o quociente

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 158/05, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), altera o Código Eleitoral (Lei 4.737/65) para permitir que todos os partidos concorram à distribuição das vagas em disputa nas eleições proporcionais, independentemente de alcançarem o quociente eleitoral. A proposta aguarda decisão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), assim como o PLS 301/07, de Neuto De Conto (PMDB-SC), que determina a proibição de coligações nas eleições proporcionais.

Já a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 54/07, de Francisco Dornelles (PP-RJ), estabelece o sistema majoritário na eleição de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores. A proposta foi aprovada pela CCJ.

A PEC 11/03, do ex-senador Sibá Machado, e outras seis PECs que referem-se à suplência de senadores receberam um substitutivo do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), determinando que cada senador terá apenas um suplente, que só será convocado para a vaga até a próxima eleição municipal ou geral. O texto, que proíbe a indicação de cônjuge ou parente até o segundo grau como suplente, foi aprovado em decisão terminativa pela CCJ.

# Entenda como funciona a eleição dos candidatos no sistema proporcional

Deputados e vereadores não dependem somente de sua votação individual para conquistar um mandato. Na verdade, o que define quem vai assumir o cargo é o total de votos dados ao partido ou à coligação



Fenômeno eleitoral, Tiririca recebeu votos suficientes para eleger mais três deputados

## Quando chega a hora do suplente

Veja os casos e situações em que os suplentes podem assumir de forma temporária ou definitiva as vagas dos senadores e deputados



QUANDO O ASSUNTO é eleição, nem sempre o candidato que recebe mais votos é aquele que vai assumir o mandato. É assim com a votação para deputado federal, estadual ou distrital e vereador, que adota o sistema proporcional. Para prefeito, governador, senador e presidente, as eleições são majoritárias e aí, sim, vence sempre quem é o mais votado.

No sistema proporcional, a preocupação do candidato não é somente com a sua votação, mas também com a do partido – ou coligação – pelo qual ele concorre ao cargo. O número de votos da legenda é muito importante para o resultado final da eleição. É comum que candidatos bem votados fiquem de fora e outros com um número pequeno de votos conquistem uma cadeira como vereador ou deputado.

O sistema funciona a partir do cálculo do quociente eleitoral, resultado da divisão do total de votos válidos pelo número de cargos a serem ocupados. Na eleição para deputados federais do Distrito Federal, por exemplo, os votos válidos somaram 1.406.083. Como são oito cadeiras para a Câmara dos Deputados, o quociente eleitoral ficou em 175.760,37 votos. Ou seja, cada 175.760 votos obtidos pelo partido ou coligação elegeram um deputado federal.

É preciso ainda calcular o quociente partidário para saber o número de vagas conquistadas pelo partido ou coligação. Basta dividir os votos de todos os candidatos do

partido – e ainda aqueles que o eleitor deu somente à legenda – pelo quociente eleitoral. As vagas são preenchidas pelos candidatos do partido bem colocados na disputa, não importando se individualmente eles não alcançaram o número de votos do quociente eleitoral ou se receberam pouquíssimos votos.

Por conta dessas regras, quando um candidato recebe duas ou três vezes o número de votos do quociente eleitoral – o conhecido “puxador de votos” –, ele acaba elegendo outros companheiros de partido que não atingiram o mesmo número ou que foram mal votados. Isso pode também deixar de fora candidatos que receberam muitos votos, mas concorreram por um partido ou coligação pouco votada.

O exemplo mais recente aconteceu na eleição para deputado federal no estado de São Paulo, com o candidato Tiririca. Ele recebeu 1.353.820 votos, o que representa 4,4 vezes o número de votos do quociente eleitoral. Ou seja, ele é responsável pela sua eleição e de mais três companheiros, deixando de fora concorrentes mais bem votados que esses.

## Saiba mais

### Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Praça dos Tribunais Superiores  
Bloco C - CEP: 70.096-900 - Brasília (DF)  
(61) 3316-3000  
[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

## Fórmulas de suplência para deputados e senadores são diferenciadas

Outro assunto que gera incompreensão entre os eleitores é a questão da suplência. Para os cargos eleitos pelo sistema proporcional, a regra é que os suplentes serão os candidatos mais bem votados do partido ou da coligação logo depois daqueles que foram eleitos. Assim, se, por exemplo, um deputado esta-

dual deixar o cargo para assumir a secretaria de Saúde do estado, assumirá o primeiro candidato mais bem votado da lista do partido que havia ficado de fora das vagas para a assembleia estadual.

Já para senador, cargo definido pelo sistema majoritário, os dois suplentes são escolhidos previamente. É comum a

escolha de parentes, cônjuges e financiadores de campanha para esses cargos. A principal diferença entre a suplência para senador e para cargos eleitos pelo sistema proporcional é que não assume o mandato no Senado o primeiro candidato mais votado do partido depois do que foi eleito. A vaga é do primeiro

suplente e, em caso de impedimento deste, a cadeira fica com o segundo suplente.

O suplente assume temporariamente o cargo quando o eleito vira ministro de Estado, governador de território, secretário estadual, secretário municipal (somente de capital) ou chefe de missão diplomática temporária. Isso

também ocorre em licenças do titular do cargo para tratamento médico por mais de 120 dias.

Para licenças sem remuneração e de interesse particular – casos em que o suplente não é convocado – o prazo de 120 dias serve como limite anual para o deputado ou senador não perder seu mandato.